



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 10/12/2008, às 15:00

\_\_\_\_\_/estagiário

MPV-449

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00128

DATA:	MEDIDA PROVISÓRIA
	Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008

AUTOR:	FERNANDO FERRO - PT/PE
--------	------------------------

( x ) Supressiva ( ) Substitutiva ( ) Modificativa ( ) Aditiva ( ) Substitutivo Global
--

TEXTO
Suprima da MP 449, de 2008, o presente parágrafo.
Art. 23. ....
“Art. 37. ....
.....
§ 3º No caso do inciso I do § 2º, o recurso é privativo do Procurador da Fazenda Nacional.
.....

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
DATA	ASSINATURA		
11			

351  
MPV 449/08

## JUSTIFICAÇÃO

A norma em destaque, atribuindo exclusividade ao Procurador da Fazenda Nacional para recorrer, apresenta-se eivada do vício da inconstitucionalidade. No que pese a Fazenda Pública contar com prerrogativas que lhe permitam defender os interesses públicos, não pode o legislador estabelecer privilégios desproporcionais. As diferenças que se estabelecem (vg., prazos processuais no CPC) consistem em instrumentos para garantir igualdade de forças em relação aos particulares, não servem para atribuir privilégios. A disposição em tela apresenta-se como clara violação ao princípio da isonomia.

Ofende também as garantias de ampla defesa e devido processo legal, que devem ser observados também no âmbito do processo administrativo. Mostra-se necessário proporcionar oportunidades iguais para intervenção no processo com capacidade de efetiva influência no conteúdo decisório, sendo o recurso uma das principais formas dessa manifestação. Mais ainda, sendo certo que uma decisão final hígida é interesse comum tanto do administrado quanto da Administração, a denegação de oportunidade para recorrer e atingir uma decisão justa e que reflita a atuação reta da administração ofende os princípios da moralidade e legalidade administrativa.

352  
Impv 449/08